



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS  
19ª GERÊNCIA DE CONSERVAÇÃO  
Av. das Américas, 7370 - RECREIO DOS BANDEIRANTES  
Tel.: 3328-5551

Edital SC/SUBEC/CGC/3ªCRC/19ªGC nº 000271/2010  
(1ª VIA)

C Senhor Gerente da 19ª GERÊNCIA DE CONSERVAÇÃO da SC/SUBEC/CGC, abaixo assinado, de acordo com o Art. 72 do RPT do Dec. "E" 3.800/70, determina a(o) COMUNIDADE VILA HARMONIA encontrada(o) na(o) AVN DAS AMERICAS 19019, E DEPOIS - RECREIO DOS BANDEIRANTES, que em obediência ao presente EDITAL, fica obrigado a, no prazo máximo de 0 dia(s) a contar do recebimento deste, DESOCUPAR ÁREA DE LOGRADOURO PÚBLICO - ÁREA RESERVADA A TREVO (PRAZO IMEDIATO) - REFERENTE AO PROCESSO Nº 02/375342/2010 na(o) AVN DAS AMERICAS, ÁREA RESERVADA A TREVO - RECREIO DOS BANDEIRANTES de acordo com as Normas da SC/COR.

Em caso de não observância ao presente Edital, será lavrada multa de R\$506,11 de acordo com o § 16 do Art. 136 do RLF do Dec. "E" 3.800/70

Rio de Janeiro, 27 de Outubro de 2010

MANOEL AFFONSO S. DOS SANTOS  
11/156.777-5  
CREA 51.316/D  
SC/SUBEC/CGC/3ªCRC/19ªGC  
Gerente

Alzir de F. dos Santos  
Int.  
Nº 11/156.777-5  
2010.10.27



**PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**COMARCA DA CAPITAL  
PLANTÃO JUDICIÁRIO**

**CONCLUSÃO**

Nesta data faço conclusos estes autos ao Exmo. Sr.  
Des. Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez  
em exercício no Plantão Judiciário,

Rio de Janeiro, 15(16)/12/2010.

Defiro a gratuidade de justiça  
em favor dos autores.

Trata-se de Agravo de Instru-  
mento, com pedido de concessão de efeito  
suspensivo ativo, interposto por Adélia  
Moraes de Almeida e outros, devidamente  
assistidos pelo Núcleo de Temas e Habi-  
ção da Defensoria Pública do Estado do  
Rio de Janeiro, objetivando impugnar  
decisão do Juiz de Direito em exercício  
no plantão noturno de 15 para 16  
de dezembro de 2010 e, consequentemente,

102 -  
suspender qualquer ato tendente à  
demolição ou tombação da parte de to-  
das unidades residenciais dos autores,  
sob pena de multa diária, ao menos,  
ad argumentandum, até a apreciação  
do pedido liminar formulado em  
ação própria - já distribuída (~~entem~~)  
para a 7ª Vara da Fazenda Pública - pelo  
juiz natural da causa.

Do exame do processo em  
seu de plano noturno, verifica-se  
que ordem (15.12.2010), foi após reinter-  
venção regular da ação proposta pelos  
autores em face do Município do  
Rio de Janeiro, os autores foram  
notificados (Notificação nº 043/2010)  
pela 5ª Gerência de Execução da  
Presidência para imediata desocu-  
pação de seus imóveis, sob pena

16  
X

- cont. -

de se dar início de atos administrativos de demolição.

No caso, portanto, há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ante a possibilidade iminente de demolição do imóvel dos autores, antes da apreciação do pedido liminar formulado ao juiz natural da causa.

Por outro lado, a plausibilidade do direito dos autores se revela pela aparente ilegalidade da notificação para imediata desocupação dos imóveis, notificação esta feita, ao que parece, sem prévio processo administrativo e ainda sem a concessão de prazo mínimo para a desocupação.

- CONDI. -

Estando assim, presentes os requi-  
sitos do periculum in mora e do periculum  
in iniuria, e considerando ainda os  
termos da bem lançada provocação do  
Ministério Público (por seu órgão junto  
ao plantão judiciário noturno), conceder  
efeito suspensivo ativo ao presente  
recurso de agravo de instrumento,  
com fulcro no art. 558 do CPC,  
para o fim de acolher o requeri-  
mento do item VI, b, deter-  
minando a suspensão pelo Muni-  
cípio de qualquer ato tendente à  
demolição ou turbacão da posse  
de todas as unidades residenciais,  
comerciais e mistas dos autores,  
até que o Juiz natural da causa  
(7ª Vara da Fazenda Pública), apree

— Conv. —

a liminar requerida na ação principal, sob pena de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) por imóvel que venha a ser atingido, em caso de desobediência da presente decisão.

Expeça-se mandado de intimação da parte ré para ciência desta decisão, na pessoa do responsável pela operação no local (às 6h do dia 16.12.2010), e também na Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos — 19ª Gerência de Conservação, localizada na Av. das Américas Nº 7370, Recreio dos Bandeirantes

- CONT. -

tel. 3328-5554, tal como requerido  
no item VI, b, devendo o mandado  
ser assinado por ordem do mm.  
juiz de plantão.

Comunique-se, por ofício, ao  
mm. Juiz de 7ª Vara de Fazenda  
Pública.

A linha distribuição

RS, 16/12/2010, às 05 horas e 55s.

✓ em tal anexo 3 de 3.

- ~~PRESENÇA~~ -

Plantão noturno.



Estado do Rio de Janeiro  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça  
Comarca da Capital  
Cartório do Plantão Judicial

- Rio de Janeiro - RJ e-mail: caplantao@tjrj.jus.br

5126/2010/MND

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

Processo Nº: 0426520-75-2010.8.19.0001

Classe/Assunto: Procedimento Ordinário - Limitação Administrativa / Intervenção do Estado na Propriedade

Autor:

Rêu: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Oficial de Justiça:

Pessoa a ser intimada: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Endereço:

Despacho do Juiz: (...) CONCEDO EFEITO SUSPENSIVO ATIVO AO PRESENTE RECURSO

Finalidade: PROCEDER A INTIMAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO NA PESSOA DO RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO

O M.M. Dr.(a) **Antonio Alves Cardoso Junior** do Cartório do Plantão Judicial da Rio de Janeiro, usando das atribuições que por lei lhe são conferidas, **M A N D A** Oficial de Justiça designado que **INTIME** a pessoa acima referida, no endereço indicado ou em qualquer outro em que possa ser localizada, para a finalidade mencionada. O presente mandado é dado e passado nesta Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 2010. Eu, \_\_\_\_\_ Fernando Carvalho Correa - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 15053, o digitei e o subscrevo.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2010.

ORIGINAL ASSINADO

**Antonio Alves Cardoso Junior**  
Juiz de Direito  
De ordem do Exmo Sr. Des. de Plantão

Resultado do mandado:

( ) POSITIVO ( ) NEGATIVO DEFINITIVO ( ) PARCIALMENTE CUMPRIDO  
( ) NEGATIVO ( ) DEVOLVIDO IRREGULAR ( ) NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE  
( ) CANCELADO ( ) CUMPRIDO COM RESSALVA ( ) NEGATIVO PERICULOSIDADE